

Constituinte não chega a acordo

ANC 88 X

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não foram superadas as divergências dos partidos sobre os pontos polêmicos do esboço do projeto de Constituição apresentado na Constituinte pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Dessa forma, serão decididos em plenário temas como reforma agrária, sistema de governo, duração do mandato de Sarney, estabilidade no emprego e jornada de trabalho, conceito de empresa nacional e papel das Forças Armadas, entre outros.

Mais uma vez, Bernardo Cabral recebeu duras críticas a seu trabalho pela falta de definição de alguns temas e conflito entre textos.

A reunião dos líderes partidários com Bernardo Cabral, convocada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães — que poderá repetir-se quantas vezes for necessário —, não teve caráter decisório, nem deverá levar o relator a profundas alterações no que ele já conseguiu. Cabral não entregou cópias do esboço aos líderes, limitando-se a uma exposição dos pontos polêmicos, a maioria sem solução definitiva. Após a exposição, os líderes tiveram dez minutos, cada um, para rebater o ponto de vista do relator e apontar suas posições sobre cada tema.

Bernardo Cabral vai entregar amanhã, às 17 horas, a Ulysses Gui-

marães, seu primeiro substitutivo do que virá a ser, após um novo prazo de apresentação de emendas, o perfil da futura Constituição brasileira.

Este substitutivo será publicado em avulso para que todos os constituintes a ele tenham acesso e entre terça-feira (25) e segunda-feira (dia 31) será reaberto um prazo para que apenas os constituintes possam apresentar novas emendas. Essas emendas deverão ater-se aos pontos em que o relato inovou, mas o certo é que os parlamentares apresentarão suas emendas, novamente, e em número que poderá ser bastante alto.

Após as emendas, Bernardo Cabral terá um prazo de oito dias (1º a 7 de setembro) para apresentar um novo substitutivo — definitivo — para ser submetido à Comissão de Sistematização a partir de 11 de setembro, antes de seguir para a decisão soberana do plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Independentemente das alterações que possam vir a ser feitas por Bernardo Cabral e pela votação dos plenários da Sistematização e da Constituinte, o segundo substitutivo — que não deverá ser muito diferente do primeiro — representará o "esqueleto" do que será a próxima Constituição do Brasil, já que o que poderá mudar são os pontos polêmicos, mas não a estrutura geral do esboço de Constituição.



Em sala apertada, Comissão de Finanças analisa o projeto polêmico de Cabral

Plenário deve votar 13 temas polêmicos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

São os seguintes os pontos mais polêmicos, segundo explicações dadas pelo relator Bernardo Cabral aos líderes partidários na reunião de ontem:

Reforma Agrária — Tema que não terá consenso antes de chegar ao voto no plenário. Bernardo Cabral apresentou duas sugestões conflitantes, não decididas ontem. O cerne da questão ainda é a imissão imediata de posse. Não foi aceita uma sugestão do grupo do "consenso", ao qual pertencem os deputados Euclides Scalco (PR) e Antônio Brito (RS), ambos do PMDB, de que a imissão de posse seria decidida em 90 dias pela Justiça Federal e o pagamento em dinheiro só se daria quando a desapropriação incidisse sobre propriedades com comprovada função social. A outra proposta, que afasta a imissão imediata e prevê o pagamento em dinheiro sobre as benfeitorias, também não foi acatada. Cabral decidiu qual das duas formas vai constar do seu primeiro substitutivo, ficando para aquela parte não atendida o direito de pedir que sua proposta seja votada em separado no plenário.

Sistema de governo — Bernardo Cabral negou que tenha previsto a implantação do parlamentarismo — proposta no projeto — apenas para 1990. Ele disse que prevê a instituição do novo sistema de governo para a partir do sucessor do presidente José Sarney, ao final do mandato que a Constituinte lhe fixar. Cabral extima que a questão irá a plenário por dividir ao meio as lideranças. Segundo ele, o grupo mais ligado ao presidente Sarney luta pela manutenção do presidencialismo, mesmo com a diminuição dos poderes presidenciais.

Duração do mandato presidencial — É um tema que o relator considera ser de difícil votação. Os constituintes comprometidos com a campanha das diretas querem a redução para quatro anos e o grupo do Centro Democrático luta pelos cinco anos. Cabral é voz quase isolada na defesa da manutenção dos seis anos.

Empresa nacional — Uma definição do que será a empresa nacional de capital estrangeiro (com sede e direção no País) pode ser a solução para "amarrar" um acordo sobre o conceito de empresa nacional. Pelo que ficou acertado, empresa nacional é aquela constituída por pessoa jurídica sediada no País, cujo controle decisório e de capital esteja em caráter permanente, exclusiva e condicional, direta ou indiretamente de pessoas físicas domiciliadas no Brasil ou por entidades de direito público. A emenda assegura prioridade à empresa nacional no acesso aos créditos públicos.

Estabilidade do trabalhador — A proposta não foi aceita, mas através de negociação feita pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, o trabalhador terá garantia de permanência no emprego, vedada a demissão imotivada ou sem justa causa nos termos da lei.

Semana de trabalho — Não vai entrar na futura Constituição a redu-

ção da semana de trabalho para 40 horas, porque ela poderia ser injusta para determinadas classes. É assunto que vai ser tratado pela lei ordinária, com a sugestão de que patrões e empregados de cada classe negociem livremente.

Aposentadoria — Houve protestos contra o fato de o relator Bernardo Cabral ter equiparado as aposentadorias do homem e da mulher em 35 anos. Foi pedido ao relator que reduza para 30 anos a aposentadoria da mulher, como está na atual Constituição.

Papel das Forças Armadas — Cabral garante que caberá às Forças Armadas a defesa da Pátria e garantia dos poderes e da ordem constitucionais.

Serviço Militar — Permanece a sua obrigatoriedade, com exceção para as mulheres.

Conselho de Comunicação — Os três poderes estarão a partir da futura Constituição envolvidos no processo de concessão de canais de rádio e televisão: o Executivo abrirá os editais de concorrência e dará início ao processo, o Legislativo formará o Conselho Nacional de Comunicação para examinar as concessões, e o Judiciário decidirá sobre cassação de concessões ou recursos contra a concessão nova.

Seguridade Social — Fica suprimido o dispositivo que implicaria na extinção do Sesi, Sesc, Senai e Senac. Além dos orçamentos fiscal e monetário, será criado o orçamento de seguridade social. O poder público poderá intervir nos serviços de saúde de natureza privada, bem como desapropriá-los, garantindo-se também, à empresa privada a assistência à saúde.

Poder Judiciário — O esboço de Constituição garante a permanência do Supremo Tribunal Federal, que terá a função de corte constitucional, ficando para o Superior Tribunal de Justiça (a ser criado em lugar do Tribunal Federal de Recursos, que será extinto) a incumbência de examinar recursos em questões federais.

Alistamento Eleitoral — Permanecerá a obrigatoriedade do voto e o eleitor poderá se alistar a partir do ano em que completar 18 anos.



Cabral com Ulysses

Líderes reunidos. Falta assunto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Vários parlamentares consideraram despropositada a iniciativa do relator Bernardo Cabral de fazer uma exposição sobre o que será o substitutivo a ser entregue amanhã ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, sem um texto que pudesse ser acompanhado para avaliações e perguntas. O líder do PMDB, senador Mário Covas, comentou que a reunião não despertou maior interesse porque os constituintes foram obrigados a falar sobre o nada, apenas comentando aspectos da exposição de Cabral.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) manifestou opinião semelhante, e o deputado Antônio Brito (PMDB-RS) achou a reunião "uma perda de tempo". Mesmo assim, Cabral conseguiu surpreender, em alguns casos desagradavelmente. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) revelou-se surpreso e descontente com a implantação do regime parlamentarista só após o término do mandato de José Sarney. "Ele nunca nos fez essa comunicação oficialmente, nem nas reuniões do Banco do Brasil" — queixou-se.

Fernando Henrique e Passarinho concordaram em que temas como o regime de governo, mandato presidencial, anistia, reforma agrária e outros pontos polêmicos só serão resolvidos na votação em plenário.

O PTB não concorda com a aposentadoria da mulher aos 35 anos de

trabalho, acha que a questão da jornada de trabalho deve ser definida em lei ordinária ou através de dissídio coletivo, defende a figura da demissão imotivada e a criação do Estado de Roraima, conforme adiantou o deputado Roberto Jefferson (RJ). Mas está ineiramente de acordo com as atribuições das Forças Armadas contidas no substitutivo de Cabral, "sem retoques", acha que a autonomia do Distrito Federal deve se limitar à eleição de um prefeito e de uma Câmara Municipal e está dividido quanto ao regime de governo. Também não quer alterações no papel do Supremo Tribunal Federal e defende a permanência do Sesi, Sesc, Senac e Senai, sendo contrário à estatização do sistema de saúde, sob a alegação de que a medida se mostrou ineficaz na Nicarágua.

RETROCESSO

O líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), condenou praticamente toda a exposição feita por Cabral, frisando que o relator organizou "um grupo de iluminados acima da Constituinte" e passou a se reunir com eles no Banco do Brasil, limitando-se ao final a trazer um relatório oral às lideranças partidárias. Atacou o sistema distrital misto, dizendo que esse sistema eleitoral é retrógrado e representa uma ameaça aos pequenos partidos: "Esse sistema é do tempo do Império e o texto do relator é igual ao que o ex-presidente Figueiredo tentou impingir ao Congresso".

Irritado com o que ouviu, o líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), chegou a declarar que, "sem o entulho autoritário, a atual Constituição é melhor do que o que foi apresentado" por Cabral. E prometeu obstruir a tramitação da matéria em plenário, garantindo que essa posição conta com o apoio de mais de cem constituintes. Também considerou um atraso a aposentadoria da mulher aos 35 anos, a fórmula de reforma agrária — "é pior do que o Estatuto da Terra" — e a adoção do voto distrital — "atraso que vem do Império". Para o líder do PDT, a reunião de ontem "foi simpática, mas não passou da apresentação de um rascunho sobre alguns pontos".

O deputado José Genoíno (PT-SP) lamentou que o texto apresentado por Cabral tenha "cortado os avanços já aprovados pela Constituinte", mas admitiu que também reciclou "o que havia de ruim, para melhor". Entre os retrocessos citou o fim da estabilidade, da jornada de 40 horas e o tratamento dado ao direito de greve. Como Brandão Monteiro, anunciou que fará obstrução ao substitutivo de Cabral em plenário.

Genoíno salientou ainda que os constituintes estão chegando a uma fase em que os debates serão mais bem programados: "O momento mais importante, na minha opinião, não é o de consenso, mas o de opções de votos que teremos em plenário, quando poderemos apresentar e votar as emendas de interesse da classe trabalhadora".

O substitutivo é incoerente, diz Caiado

"O Congresso é formado por homens responsáveis, espero que não coloquem na Constituição a imissão de posse das terras desapropriadas conforme está no anteprojeto, pois isso levaria a convulsão ao campo", afirmou ontem o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, após conversar com o líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso. "O substitutivo é incoerente porque se, num capítulo garante a propriedade privada, avalia sua função social, em outro estabelece a imissão de posse", acrescentou.

Para Caiado, essa medida não seria também democrática, pois nos termos em que tem sido colocada a imissão de posse, o proprietário rural fica sem nenhuma defesa, impossibilitado de recorrer ao Judiciário para contestar uma decisão do Executivo. O produtor rural, segundo o presidente da UDR, não tem receio dos constituintes, "homens sensíveis aos problemas nacionais", mas realmente teme os técnicos do Inbra, "interessados por motivos políticos em colocar os produtores rurais na guilhotina. E nós não podemos ficar nas mãos desses tecnocratas".

O presidente da UDR encerrou ontem o ciclo de conversações com líderes dos principais partidos, para tratar dos termos em que a reforma agrária será colocada na futura Constituição. Disse ter percebido "a sensibilidade" de todos eles.

Pouco espaço à mesa e boa hora para o humor

A sala da Comissão de Justiça do Senado ficou apertada para abrigar os redatores do projeto preliminar da nova Constituição. Os líderes, deputados e senadores lançavam olhares ansiosos para o documento colocado à frente de Bernardo Cabral. A reunião, marcada para as 16 horas, começou um pouco atrasada. Tratava-se de acomodar à mesa-diretora, lotada, ainda mais políticos. E colocar ordem no caos do plenário e na barracada de fotógrafos e cinegrafistas que obstruíam a visão da mesa.

Cadeiras colocadas, pouco espaço para os cotovelos, apinharam-se à mesa-diretora, ao lado de Ulysses Guimarães, Afonso Arinos, Virgílio Távora, o relator Bernardo Cabral e o senador Mário Covas. Este, quase voltou ao plenário. Chamado a compor a mesa, não tinha cadeira para sentar. Deram um jeito, apertando daqui e dali. Covas ficou na ponta direita, ao lado do deputado Luiz Henrique. Foi o mote para o comentário de um jornalista: "Você gosta da extrema direita, Covas?" Bem-humorado, o senador revidou: "Só a UDR não sabe disso".

Estavam ainda na superlotada mesa-diretora Fernando Henrique Cardoso e Marcondes Gadelha. Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, abriu os trabalhos em tom formal e ar cansado. Elogiou o relator Bernardo Cabral, agradeceu a presença do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, e dos líderes dos partidos, citando nominalmente apenas o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho. Em seguida, passou a palavra ao relator, Bernardo Cabral, que citou, pe-

lo nome, todos os líderes presentes e anunciou algumas definições de temas polêmicos: reforma agrária, estabilidade, jornada de trabalho, definição de empresa nacional, sistema de governo, duração do mandato presidencial e papel das Forças Armadas, não se aprofundando nem detalhando nenhum deles.

Na reforma agrária, Cabral provocou certo suspense, chamando a atenção para o que iria dizer o senador Virgílio Távora (PDS-CE) sobre o assunto. Nem bem terminou seu comunicado, vários parlamentares pediram a palavra, pela ordem. Alguns tiveram sorte, sendo atendidos. Outros, embora insistissem, não foram atendidos na ordem de inscrição, como o primeiro vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), que pretendia esclarecer o impasse da reforma agrária. E, também, da vice-líder do PFL, deputada Sandra Cavalcanti (RJ), que reclamou da aposentadoria da mulher. "Na hora oportuna darei a palavra aos que pedirem", disse Ulysses Guimarães, autorizando Virgílio Távora a falar.

Enquanto Bernardo Cabral fazia sua própria exposição, era visível a insatisfação do líder Mário Covas e de alguns parlamentares de esquerda, como Roberto Freire (PCB), Brandão Monteiro (PDT), Haroldo Lima (PC do B) e José Genoíno (PT). O líder do PDC, Siqueira Campos, sintomaticamente, sentava-se no plenário ao lado do líder em exercício do PDS, deputado Bonifácio de Andrada (MG). Ambos defendem o "parlamentarismo já".